Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	259.638	
Preferenciais	0	
Total	259.638	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.178.024	3.100.454
1.01	Ativo Circulante	697.972	634.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.639	74.621
1.01.03	Contas a Receber	530.742	517.460
1.01.03.01	Clientes	513.256	505.181
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	587.342	555.393
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-74.086	-50.212
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	17.486	12.279
1.01.03.02.01	Contas a receber de partes relacionadas	2.491	1.819
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	5.296	2.885
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	9.699	7.575
1.01.04	Estoques	3.039	2.251
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.552	40.161
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.552	40.161
1.02	Ativo Não Circulante	2.480.052	2.465.961
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	278.602	282.700
1.02.01.04	Contas a Receber	37.448	34.484
1.02.01.04.01	Clientes	37.448	34.484
1.02.01.07	Tributos Diferidos	132.950	128.295
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.950	128.295
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	108.204	119.921
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	16.906	19.042
1.02.01.10.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.10.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	91.298	100.879
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	380	380
1.02.04	Intangível	2.201.070	2.182.881
1.02.04.01	Intangíveis	2.201.070	2.182.881
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.201.070	2.182.881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.178.024	3.100.454
2.01	Passivo Circulante	784.582	887.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.357	7.249
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.357	7.249
2.01.02	Fornecedores	365.924	357.611
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	365.924	357.611
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.832	283.282
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.832	283.282
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.832	283.282
2.01.05	Outras Obrigações	339.469	239.132
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	399	315
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	399	315
2.01.05.02	Outros	339.070	238.817
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	214.718	91.758
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	36.191	32.125
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	13.903	12.439
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	74.258	102.495
2.02	Passivo Não Circulante	1.054.930	869.267
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	822.748	637.299
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	822.748	637.299
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	822.748	637.299
2.02.02	Outras Obrigações	171.148	168.084
2.02.02.02	Outros	171.148	168.084
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	171.148	168.084
2.02.04	Provisões	61.034	63.884
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	61.034	63.884
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.778	13.592
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.419	33.282
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.837	17.010
2.03	Patrimônio Líquido	1.338.512	1.343.913
2.03.01	Capital Social Realizado	644.460	587.923
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	644.460	835.047
2.03.04.01	Reserva Legal	117.585	117.585
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	230.811
2.03.04.10	Reserva de expansão	526.875	486.651
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	146.419	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-99.021	-81.251

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	lgual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.030.512	1.874.343	917.373	1.656.069
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-758.634	-1.389.071	-653.942	-1.197.889
3.03	Resultado Bruto	271.878	485.272	263.431	458.180
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-108.685	-220.488	-109.292	-209.062
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-98.754	-200.346	-100.148	-193.591
3.04.02.01	Despesa com pessoal	-23.646	-52.243	-23.648	-47.102
3.04.02.02	Entidade de previdência privada	-3.459	-7.051	-2.168	-4.413
3.04.02.03	Utilidade, materiais e serviços	-5.486	-12.665	-9.376	-15.581
3.04.02.04	Amortização do intangível	-15.021	-30.015	-10.066	-19.848
3.04.02.05	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-3.146	-5.380	-4.954	-5.187
3.04.02.06	Serviços e outros gastos	-8.764	-18.524	-13.544	-26.131
3.04.02.07	Serviços profissionais e contratados	-28.842	-54.543	-28.124	-58.578
3.04.02.08	Serviços de manutenção	-10.390	-19.925	-8.268	-16.751
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	681	1.393	463	826
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.612	-21.535	-9.607	-16.297
3.04.05.01	Outras líquidas	-10.612	-21.535	-9.607	-16.297
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	163.193	264.784	154.139	249.118
3.06	Resultado Financeiro	-17.595	-42.889	-25.524	-54.128
3.06.01	Receitas Financeiras	5.277	9.640	7.153	14.108
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.872	-52.529	-32.677	-68.236
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	145.598	221.895	128.615	194.990
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-49.594	-75.476	-44.177	-66.977
3.08.01	Corrente	-46.667	-70.977	-47.018	-70.765
3.08.02	Diferido	-2.927	-4.499	2.841	3.788
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	96.004	146.419	84.438	128.013
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	96.004	146.419	84.438	128.013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	lgual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.01.01	ON	0,36976	0,56394	0,32521	0,49304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	lgual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	96.004	146.419	84.438	128.013
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-365	-751	-370	-742
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.639	145.668	84.068	127.271

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Exercíc		Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	149.978	161.285
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-150.377	-137.862
6.01.01.01	Juros pagos	-53.924	-56.401
6.01.01.02	IR e CS pagos	-96.453	-81.461
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.178	-17.940
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-31.949	-40.413
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	90.542	78.354
6.01.02.03	Estoques	-788	-114
6.01.02.04	Outros ativos	2.557	-6.299
6.01.02.05	Fornecedores	8.314	21.517
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	4.108	2.599
6.01.02.07	Tributos a recolher	-103.713	-75.491
6.01.02.08	Partes relacionadas	-589	1.303
6.01.02.10	Outros passivos	1.464	1.316
6.01.02.11	Créditos restituíveis	-2.124	-712
6.01.03	Outros	332.533	317.087
6.01.03.01	Lucro líquido antes do IR/CS	221.895	194.990
6.01.03.02	Juros, var. monet. e camb. sobre empréstimos	36.474	59.980
6.01.03.03	Contingências	-2.850	3.346
6.01.03.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.875	836
6.01.03.05	Amortizações do intangível	62.079	56.969
6.01.03.08	Resultado na baixa do intangível	0	-550
6.01.03.09	Baixa líquida de ativo intangível sem venda	51	13
6.01.03.10	Provisão atuarial do benefício pós emprego	6.380	3.717
6.01.03.11	Atualização monetária sobre depósito judicial	1.649	-2.214
6.01.03.12	Instrumentos financeiros	-17.020	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-80.319	-102.165
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-80.319	-102.167
6.02.05	Baixa líquida do intangível	0	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.641	-22.792
6.03.01	Amortização de empréstimo	-12.551	-12.253
6.03.04	IRRF sobre JCP	-11.090	-10.539
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.018	36.328
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.621	98.093
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	120.639	134.421

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	587.923	2.194	835.047	0	-81.250	1.343.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	587.923	2.194	835.047	0	-81.250	1.343.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	56.537	0	-190.587	0	0	-134.050
5.04.01	Aumentos de Capital	56.537	0	-56.537	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-134.050	0	0	-134.050
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146.419	-17,771	128.648
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146.419	0	146.419
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-751	-751
5.05.02.06	Resultado fundo de pensão	0	0	0	0	-751	-751
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	-17.020	-17.020
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17.020	-17.020
5.07	Saldos Finais	644.460	2.194	644.460	146.419	-99.021	1.338.512

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	544.500	2.194	755.623	0	-44.454	1.257.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	544.500	2.194	755.623	0	-44.454	1.257.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.423	0	-167.700	0	0	-124.277
5.04.01	Aumentos de Capital	43.423	0	-43.423	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-124.277	0	0	-124.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.013	-742	127,271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.013	0	128.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-742	-742
5.05.02.06	Resultado com fundo de pensão	0	0	0	0	-742	-742
5.07	Saldos Finais	587.923	2.194	587.923	128.013	-45.196	1.260.857

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	2.310.046	1.973.761
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.313.893	1.977.463
7.01.02	Outras Receitas	1.533	1.485
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	1.533	909
7.01.02.02	Outras receitas não operacionais	0	576
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.380	-5.187
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.793.478	-1.485.978
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.345.614	-1.148.972
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-447.864	-337.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	516.568	487.783
7.04	Retenções	-62.078	-56.969
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.078	-56.969
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	454.490	430.814
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	7.650	14.108
7.06.02	Receitas Financeiras	7.650	14.108
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	462.140	444.922
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	462.140	444.922
7.08.01	Pessoal	53.390	49.052
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.608	35.556
7.08.01.02	Benefícios	11.942	10.727
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.840	2.769
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	206.896	194.679
7.08.02.01	Federais	139.880	131.353
7.08.02.02	Estaduais	66.109	62.404
7.08.02.03	Municipais	907	922
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.435	73.178
7.08.03.01	Juros	50.538	68.236
7.08.03.02	Aluguéis	4.897	4.942
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	146.419	128.013
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	146.419	128.013

Comentário do Desempenho

Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no segundo trimestre foi de 1.130.953 mil metros cúbicos, com um aumento de 5,2% em comparação ao segundo trimestre de 2017. O mercado convencional, isoladamente, apresentou um aumento de 4,0% frente ao mesmo período de 2017, com um volume total de 403.911 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de maior volume no segmento de GNV, e menor volume consumido pelo segmento Doméstico, comercial e Industrial. No mercado termelétrico, foi registrado um incremento em comparação com o segundo trimestre de 2017, com despacho total de 727.043 mil metros cúbicos, 5,9% superior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a redução das chuvas, propiciando a redução dos reservatórios das hidrelétricas, o que fez com que o ONS acionasse mais as UTE's que estão na área de concessão da CEG. O mercado de GNV, industrial e doméstico registraram 384.878 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um aumento de 4,4% frente ao mesmo período de 2017 e o mercado comercial apresentou uma redução de 3,6% em relação ao mesmo período de 2017, alcançando um volume de 19.032 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste segundo trimestre de 2018 foi de R\$ 271.878 mil, o que representa um aumento de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 96.004 mil, superior em 13,7% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente por maior receita de venda de bens e serviços, melhor resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no segundo trimestre de 2018 atingiu o montante de R\$ 178.214 mil contra R\$ 164.205 mil em igual período de 2017.

Neste segundo trimestre de 2018, os investimentos foram realizados principalmente em projetos recorrentes de manutenção e renovação de rede e ramais, saturação de clientes e em projetos de manutenções pontuais. Os investimentos realizados no segundo trimestre de 2018 somaram R\$ 41.705 mil, 23,8% inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao menor volume de projetos de manutenção de rede singulares.

A Companhia atingiu, ao final do segundo trimestre de 2018, o total de 953 mil clientes o que representa um crescimento de 3,5% comparado ao mesmo período de 2017.

Informações Trimestrais

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

30 de junho de 2018 com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Informações trimestrais

30 de junho de 2018

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	.1
Notas explicativas às informações trimestrais	.3



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000 ev.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária ("CPC 21"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2018 e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediarias em 10 de agosto de 2017, ambos sem modificação.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva Contador CRC-1RJ090174/O-4

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG ("CEG" ou "Companhia") tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Gás Natural Fenosa cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade destes;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG GASIUS;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota 13).

A Administração, responsáveis por elaborar as informações trimestrais, nos termos da lei, aprovou sua conclusão e emissão no dia 9 de agosto de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Políticas contábeis

Nas informações trimestrais, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes notas explicativas:

- Resumo das principais políticas contábeis;
- Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Políticas contábeis--Continuação

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e de acordo com o método *Expected Credit Loss (ELC)* registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido, conforme tabela abaixo:

Mercado	Valor
Decidencial	ECO
Residencial	563
Comercial	3.064
Industrial	5.942
GNV	1.901
Órgão Público	3.033
Outros Clientes	2.517
Total	17.020

a) Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 2018

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (Leases) - A CPC 06 (R2) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17, unificando o tratamento contábil dos arrendamentos operacionais e financeiros para o modelo similar ao arrendamento financeiro com impacto no ativo imobilizado e passivo financeiro. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia encontra-se em fase de avaliação do conteúdo da referida norma e os possíveis impactos da adoção deste pronunciamento.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de junho de 2018, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 30 de junho de 2018 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial. A política adotada está descrita no item 3.1 acima.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro -- Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro -- Continuação

- a) Risco de mercado -- Continuação
 - ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$86.610 em 30 de junho de 2018 (R\$252.781 em 31 de dezembro de 2017). Deste montante, R\$214.718 estão representados por JCP e dividendos a pagar aos acionistas da Companhia. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo (R\$146.419 mil no trimestre findo em 30 de junho de

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

2018, R\$338.847 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$128.013 mil no semestre findo em 30 de junho de 2017). Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 30 de junho de 2018			
Empréstimos e financiamentos	10.602	287.401	772.604
Fornecedores	365.924	-	-
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	295.327	206.781	560.063
Fornecedores	357.611	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$769.941, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de junho de 2018, indicava uma taxa SELIC em 6,50%. A TJLP estimada é de 6,56%, cenário provável para o ano de 2018.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30/06/2018 - %	6,39	6,39	6,39
Dívida líquida - bancos	768.107	768.107	768.107
Taxa anual estimada do CDI em 30/06/2018 - %	6,50	8,13	9,75
Despesa financeira	845	13.327	25.808
IR e CS	(287)	(4.531)	(8.775)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	558	8.796	17.033

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/06/2018 - %	6,60	6,60	6,60
Dívida líquida - BNDES	1.834	1.834	1.834
Taxa TJLP estimada em 30/06/2018 - %	6,56	8,20	9,84
Despesa financeira	1	29	59
IR e CS	-	(10)	(20)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	1	19	39

^(*) A taxa projetada do CDI é menor do que a atualmente vigente, motivo pelo qual é apresentada uma reversão de despesa financeira no cenário provável.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	30/06/2018	31/12/2017
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14) Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	890.580 (120.639)	920.581 (74.621)
Dívida líquida	769.941	845.960
Total do patrimônio líquido	1.338.512	1.343.913
Total do capital próprio e de terceiros	2.108.453	2.189.873
Índice de alavancagem financeira - %	37	39

O índice de alavancagem financeira no 2º trimestre de 2018 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2018 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 16).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros

	30/06/2018	31/12/2017
Avaliados ao valor justo por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa	120.639	74.621
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	550.704	539.665
Contas a receber de partes relacionadas	2.491	1.819
Demais contas a receber	5.296	2.885
Cessão de crédito	9.699	7.575
	688.829	626.565
	30/06/2018	31/12/2017
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos (a)	888.459	905.864
Contas a pagar de partes relacionadas	217.238	95.699
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	379.861	370.084
	1.485.558	1.371.647

⁽a) Foram redirecionados os valores de R\$2.121 (2018) e R\$14.717 (2017), relativo a empréstimo junto ao BNDES, para a linha abaixo "Contas a pagar de partes relacionadas" (Nota 14).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa	29	18
Bancos	58.678	32.732
Aplicações financeiras	61.932	41.871
•	120.639	74.621

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI, com possibilidade de resgate imediato.

6. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

	30/06/2018	31/12/2017
Faturado Consumidores		
Do setor privado	411.715	343.469
Do setor público	13.124	15.432
	424.839	358.901
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	183.736	218.511
Do setor público	3.062	2.987
	186.798	221.498
Vendas de equipamentos	13.153	9.478
	624.790	589.877
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(74.086)	(50.212)
	550.704	539.665
Circulante	513.256	505.181
Não circulante (a)	37.448	34.484
	550.704	539.665

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer		
Faturado	346.895	264.432
Não faturado	186.798	221.498
Vencidas		
Até três meses	34.225	46.509
De três a seis meses	8.260	7.226
Acima de seis meses	48.612	50.212
	624.790	589.877

⁽a) A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes do período de 2014 e 2015, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente. Com exceção de recebíveis em atraso de quatro postos de Gás Natural Veicular (GNV), no montante de R\$37.448, registrado no ativo não circulante, que estão sob disputa judicial e não estão incluídos como faturas vencidas no quadro acima.

Após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias. Ressalvados nas hipóteses de decisão judicial impeditiva de eventual suspensão.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	50.212	47.561
Provisão para impairment de contas a receber	39.843	42.317
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	(15.969)	(39.666)
Em 30 de junho de 2018	74.086	50.212

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

7. Tributos a recuperar

	30/06/2018	31/12/2017
PIS e COFINS (a) FINSOCIAL (b) ICMS a recuperar (c) Contribuição social (d) Imposto de Renda Retido na Fonte (e) Outros	19.171 13.136 6.247 14.590 2.385 4.929	17.647 13.136 8.418 10.293 4.735 4.974
	60.458	59.203
Circulante Não circulante	43.552 16.906 60.458	40.161 19.042 59.203

- (a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 19.a.ii).
- (c) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$5.507 (R\$6.218 em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$2.477 com expectativa de realização a curto prazo e R\$3.030 com expectativa a longo prazo. A Companhia possui ainda R\$740 (R\$809 em 31 de dezembro de 2017) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.
- (e) Refere-se à retenção na fonte, sobre pagamentos e sobre resgates de aplicações financeiras.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

	30/06/2018	31/12/2017
Obrigações de fundo de pensão	88.549	85.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.528	7.013
Provisão para contingências	20.752	21.721
AVP Financeiro	3.652	3.896
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(5.075)	(5.032)
Provisão de fornecedores	6.012	10.923
Outras	3.532	4.036
Ativo não circulante	132.950	128.295
(*) Os itens das mudanças de prática são:		
	30/06/2018	31/12/2017
Receita de ajuste a valor presente	(1.004)	(989)
Juros e variação monetária Gasius	(4.071)	(4.043)
	(5.075)	(5.032)

b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

			IR e CS d	iferidos ativo	s sobre		
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	AVP financeiro	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões
Em 31 de dezembro de 2017 Creditado (debitado) na	85.738	7.013	21.721	3.896	(5.032)	10.923	4.036
demonstração do resultado Creditado (debitado) no	2.424	(253)	(969)	(244)	(43)	(4.911)	(504)
patrimônio líquido	387	8.768	-	-	-	-	-
	2.811	8.515	(969)	(244)	(43)	(4.911)	(504)
Em 30 de junho de 2018	88.549	15.528	20.752	3.652	(5.075)	6.012	3.532

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos fiscais diferidos--Continuação

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2024, conforme demonstrado a seguir:

2018	11.509
2019	14.534
2020	14.023
2021	20.033
2022	20.033
2023	26.409
2024	26.409
	132.950

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Transação com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar	•			•
Gas Natural SDG, S.A.	743	223	-	5.412
Gás Natural Serviços Integrales	-	176	1	-
Gás Fenosa Engineering	-	-	115	450
CEG Rio S.A.	1.637	-	8.961	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	81	-	204	-
Gás Natural Serviços S.A.	28	-	1.463	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	9	295
Gás Natural Informática		-	-	-
	2.491	399	10.753	6.157
JCP e dividendos Gás Natural DL S.A. Pluspetrol Energy Dinâmica energia Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Outras partes relacionadas	- - - - -	115.703 4.821 19.967 73.819 408 214. 718	- - - - -	- - - - -
Empréstimos e financiamentos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14)	-	2.121	-	-
Em 30 de junho de 2018	2.491	217.238	10.753	6.157
Em 31 de dezembro de 2017	1.819	95.699	21.998	16.819

10. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

30/00/2010	30/00/2017
1.245	1.773
2.230	1.727
45	63
242	255
3.762	3.818
	1.245 2.230 45 242

20/06/2019

30/06/2017

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos judiciais

	30/06/2018	31/12/2017
ICMS (a) INSS (a) Imposto de renda Processo Administrativo - SRF (b) CIDE (c) Penhora judicial (d) Trabalhistas (e) Ação cível (f)	3.923 21.147 5.822 7.778 11.376 12.813 19.209 8.752	3.830 20.853 5.625 7.665 11.196 14.074 29.126 8.032
Outros	91.298	478 100.879

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico CIDE (Nota 19.a).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$3.373) e cíveis (R\$9.440).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.
- (f) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente e acumuladamente representa uma despesa financeira de R\$1.682 em 30 de junho de 2018 e uma receita financeira R\$2.214 em 30 de junho de 2017.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Diferido	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Software em desenvolvimento (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	116.202	313	28.955	7.878	1.679.530	1.832.878	175.587	21.765	2.030.230
Aquisição	1	ı	24.139	1	40.088	64.227	203.814	502	268.543
Baixa líquida			7 00 1	ı	(66)	(66)	- 070	- 000	(99)
i ransierencia para intangivei em operação Amortização	(10.957)	(142)	(11.396)	(6.032)	(87.299)	264.921 (115.826)	(243.125)	(21.796)	(115.826)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	105.245	171	63.494	1.846	1.875.378	2.046.134	136.276	471	2.182.881
Custo total	136.735	3.628	155.832	439.748	2.944.232	3.680.175	136.276	471	3.816.922
Amortização acumulada	(31.490)	(3.457)	(92.338)	(437.902)	(1.068.854)	(1.634.041)		•	(1.634.041)
Valor residual	105.245	171	63.494	1.846	1.875.378	2.046.134	136.276	471	2.182.881
Saldos em 1º de janeiro de 2018	105.245	171	63.494	1.846	1.875.378	2.046.134	136.276	471	2.182.881
Aquisição			1.780		15.711	17.491	62.887	(69)	80.319
Baixa líquida Transforância nora intensival em construção	•		. 445		(51)	(51)	(440.072)	- (445)	(51)
naisierenda para mangiverem operação Amortização	(5.638)	(69)	(8.307)	(1.437)	(46.638)	(62.079)	(6/6/011)	(+ l =) -	(62.079)
Saldos em 30 de junho de 2018	99.607	112	57.379	409	1.955.373	2.112.880	88.190		2.201.070
Custo total	136.735	3.628	158.024	439.748	3.070.865	3.809.000	88.190		3.897.190
Amortização acumulada Valor residual	99.607	(3.310)	57.379	439.339)	1.955.373	2.112.880	88.190		2.201.070
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5, 6, 7	20	10					

Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. (a)

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição. **Q**

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.158	1.630.863	3.211	1.679.530
Aquisição				14.515	1.744		418	21.901	1.510	40.088
Baixa líquida				(3)			(16)	(47)	•	(99)
Transferência para intangível em operação		9.036						234.089	•	243.125
Amortização	1	(22)	(83)	(9.204)	(2.048)	(1.231)	(1.757)	(70.199)	(2.018)	(87.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Custo total	1.890	43.477	11.569	131.239	32.399	19.246	20.458	2.670.658	13.296	2.944.232
Amortização acumulada		(27.223)	(10.087)	(111.384)	(26.509)	(12.352)	(16.655)	(854.051)	(10.593)	(1.068.854)
Valor contábil atual	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.890	16.254	1.482	19.855	5.890	6.894	3.803	1.816.607	2.703	1.875.378
Aquisição				14.918	619	26			118	15.711
Baixa líquida				(12)				(36)	•	(51)
Transferência para intangível em operação		11.566					•	99.407	•	110.973
Amortização		(476)	(41)	(10.977)	(1.008)	(601)	(828)	(32.008)	(899)	(46.638)
Saldos em 30 de junho de 2018	1.890	27.344	1.441	23.781	5.501	6.349	2.944	1.883.970	2.153	1.955.373
Custo total	1.890	55.043	11.569	146.142	33.018	19.302	20.458	2.770.029	13.414	3.070.865
Amortização acumulada Valor contábil atual	1.890	27.344	1.441	23.781	5.501	6.349	2.944	1.883.970	2.153	1.955.373
Taxas anuais de amortização (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

⁽d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 30 de junho de 2018 foram de R\$2.111 (R\$9.130 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 8,27% (11,69% em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
De gás (a) De materiais De serviços	309.418 220 56.286	280.619 4.329 72.663
-	365.924	357.611

⁽a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 1º de junho de 2017. No qual, seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

14. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	2.121	14.717
Linhas de crédito	888.459	905.864
	890.580	920.581
Total do passivo		
Circulante	67.832	283.282
Não circulante	822.748	637.299
	890.580	920.581

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

			30/0	6/2018	31/1	2/2017
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.	-	100%	57.038	310.000	65.151	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi		1000/	5.004	450.000	5.055	450.000
UFJ Brasil S.A. Banco Nacional de Desenvolvimento	-	100%	5.664	150.000	5.255	150.000
Econômico e Social - BNDES	100%	-	2.121	-	14.717	-
Banco Santander S.A.	-	100%	-	137.948	-	132.499
ING Bank	-	100%	149	50.000	51.709	-
Banco Intesa San Paolo	-	100%	1.787	40.000	54.694	-
Banco Itaú	-	100%	686	44.800	745	44.800
Banco Scotiabank	-	100%	387	90.000	91.011	-
Total empréstimos e financiamentos			67.832	822.748	283.282	637.299

^(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2018, com um custo médio de captação de 125% do CDI (115% em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	30/06/2018	31/12/2017
2019	197.948	182.499
2020	494.800	454.800
2021	130.000	-
	822.748	637.299
Mapa de movimentação dos empréstimos	30/06/2018	31/12/2017
Amortização Encargo provisionado Encargo pago	(12.551) 36.474 (53.924)	(24.522) 103.693 (96.879)

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$40.000.

(30.001)

(17.708)

15. Tributos a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
ICMS Imposto de renda a pagar COFINS PIS CS/PIS/COFINS terceiros INSS terceiros ISS terceiros Outros	30.378 28.280 6.963 1.509 1.330 551 980 4.267	30.333 53.482 8.899 1.929 1.722 1.218 1.075 3.837
	74.258	102.495

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	30/0	6/2018	30/0	6/2017
_	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	221.895	221.895	194.990	194.990
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(55.474)	(19.971)	(48.748)	(17.549)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições permanentes Incentivos fiscais	(272) 339	(98) -	(537) 50	(193)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(55.407)	(20.069)	(49.235)	(17.742)
Alíquota efetiva	25	9	25	9

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social de R\$644.460 (R\$587.923 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior	E4.400/
Gas Natural Distribuicion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país	
BNDES Participações S.A BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2018, definiu-se o incremento de R\$96.761 em reserva de expansão e a transferência de R\$56.537 para aumento do capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2017.

c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "*pro rata*" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovação em AGOE realizada em 27 de abril de 2018, o valor de R\$81.144 foi distribuído a título de JCP, a todos os acionistas, sendo pago em parcela única no dia 25 de julho de 2018.

Outrossim, houve aprovação de distribuição de dividendos no valor de R\$144.630 a serem distribuídos a todos os acionistas, e que serão pagos em parcela única em 19 de dezembro de 2018.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados--Continuação

d) Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017.

O cálculo básico de lucro por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Numerador Lucro líquido	146.419	128.013
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias em reais	0,56393	0,49304

Nos períodos de 2018 e 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

18. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	30/06/2018	31/12/2017
Nº participantes Gasius		
Ativos	32	50
Assistidos	1.046	1.037
	1.078	1.087

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios--Continuação

iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011, o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir dessa data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	30/06/2018	30/06/2017
Fundo de pensão (Gasius)	1.058	1.077
Assistência médica	3.858	3.600
	4.916	4.677

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	30/06/2018	31/12/2017
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90) Prêmio aposentadoria Assistência médica para aposentados	6.027 2.064 199.248	6.099 1.970 192.140
	207.339	200.209
Circulante Não circulante	36.191 171.148 207.339	32.125 168.084 200.209

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 695/2012 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2017	200.209
Benefícios a pagar	7.130
Em 30 de junho de 2018	207.339

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com fundo de pensão--Continuação

Planos de benefícios--Continuação

iv) Plano de saúde para aposentados--Continuação

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius em 30 de junho de 2018 é a seguinte:

	2018	2017
Renda fixa		
Títulos públicos federais	250.469	262.149
Fundos de investimento de renda fixa	59.109	63.877
	309.578	326.026
Títulos de renda variável	72.339	74.607
Investimento imobiliário	32.362	32.717
Outros ativos	33.823	24.762
	138.524	132.086
	448.102	458.112

19. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas Cíveis Regulatória Tributárias	32.419 12.971 1.866 13.778	33.282 15.144 1.866 13.592
	61.034	63.884

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.884
Adições	2.387
Baixas/reversões	(7.057)
Atualizações monetárias	1.820
Saldo em 30 de junho de 2018	61.034

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia possui R\$91.298 (R\$100.879 em 31 de dezembro de 2017) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente (Nota 11).

Alguns destes depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da administração e seus consultores.

a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, ao questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma estimamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de junho de 2018 é de R\$11.376 (R\$11.196 em 31 de dezembro de 2017) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 11.c). Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorário de êxito em ações judiciais o valor de R\$2.402 em 30 de junho de 2018 (R\$2.396 em 31 de dezembro de 2017).

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	30/06/2018	31/12/2017
Esfera		
Federal	13. 778	13.592
	13.778	13.592

i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$78.549 em 30 de junho de 2018 (R\$70.120 em 31 de dezembro de 2017).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

• Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente à exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$16.177 (R\$15.934 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

- a) Contingências tributárias--Continuação
 - i) Contingências tributárias com êxitos possíveis--Continuação
 - Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo artigo 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$8.521 (R\$8.404 em 31 de dezembro de 2017).
 - Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2018 é de R\$12.538 (R\$12.389 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que se tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

• Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 30 de junho de 2018, é de R\$445.947 (R\$440.280 em 31 de dezembro de 2017) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

- a) Contingências tributárias--Continuação
 - ii) Programa de Recuperação Fiscal REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Dessa forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava se registrado em "Tributos a recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$13.136 em 31 de março de 2018 (R\$13.136 em 31 de dezembro de 2017).

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	30/06/2018	31/12/2017
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	36	42
Ex-empregados terceiros	689	741
Outros (Ministério Público, INSS)	7	12
	732	795

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	30/06/2018	31/12/2017
Ex-empregados CEG	4.914	5.847
Ex-empregados terceiros	27.505	27.435
	32.419	33.282

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia totalizam em 30 de junho de 2018 R\$73.482 (R\$73.228 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

• Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial.

A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. Neste caso, foi celebrado acordo no valor de R\$4.000 em janeiro de 2017. Acordo homologado em maio de 2017. Processo encaminhado para virtualização, conforme norma da Corregedoria, e posterior extinção (0149695-89.2001.8.19.001)

• Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito fatal ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$30 a título de danos morais. Foi condenada, também, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de uma prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido. Condenada a pagar pensão para esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de uma prestação anual a título de 13º salário, além das custas processuais e honorários advocatícios. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$2.236. O processo está em fase de execução, apresentamos impugnação aos cálculos apresentados pela autora e este foi enviado para o contador judicial. Em decisão judicial, foi designada oportunidade para audiência especial (0020359-95.2002.8.19.0001).

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$10.735 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências cíveis--Continuação

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. O valor dessas contingências corresponde a R\$13.747 em 30 de junho de 2018 (R\$13.793 em 31 de dezembro de 2017).

Além das contingências cíveis acima, a Companhia possui saldos a receber pela venda de gás a quatro postos de combustíveis do tipo GNV, no montante de R\$37.448 (Nota 6), que encontram-se, presentemente, em disputa judicial em decorrência de questionamento dos postos sobre o sistema de medição, cujo funcionamento foi referendado por peritos independentes. Parte do recebível, no montante de R\$1.610 mil, foi objeto de depósito judicial baixado em 2018 por resgate e a outra parte poderá ser realizada por meio de execução de garantias no decorrer da disputa judicial e/ou após a sua conclusão, cujo valor justo é superior ao valor do recebível. O prognóstico quanto ao desfecho da disputa é favorável à Companhia, tendo os postos já sido intimados a depositarem o valor em disputa enquanto aguardam a conclusão de perícia solicitada em juízo. Sobre esse recebível, cabe a incidência de multa e juros de mora, cujo total monta R\$16.546, não contabilizados até que a dívida dos postos seja liquidada. Considerando o andamento do processo, o prognóstico favorável à Companhia e as garantidas existentes, não foi registrada provisão para *impairment* do recebível.

20. Informações por segmento

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (939.357 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.528 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (298 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoelétrico (três Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (459 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Informações por segmento--Continuação

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

			N	Margem por segmento 30/06/2018	nento 30/06/201	8		
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	53.802	35.431	226.964	665.883	468.961			1.451.041
Receita bruta Deduções	376.237 (78.883)	134.866 (28.947)	411.711 (81.883)	471.973 (62.266)	786.010 (170.085)	64.198	68.898 (17.486)	2.313.893 (439.550)
Receita líquida	297.354	105.919	329.828	409.707	615.925	64.198	51.412	1.874.343
Custo	(90.957)	(50.895)	(270.531)	(374.970)	(532.180)	(64.198)	(5.340)	(1.389.071)
Resultado bruto	206.397	55.024	59.297	34.737	83.745		46.072	485.272
Despesas/receitas								(263.377)
Resultado antes da tributação								221.895
Provisão p/ IR e contribuição social								(75.476)
Lucro/prejuízo do período								146.419

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Informações por segmento--Continuação

			_	Margem por segmento 30/06/2017	nento 30/06/201	7		
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não revisado)	51.727	38.581	240.972	699.852	429.614		1	1.460.746
Receita bruta Deduções	339.781 (71.302)	126.854 (27.167)	365.612 (73.471)	401.938 (3.217)	603.881 (130.703)	78.772	60.625 (15.534)	1.977.463 (321.394)
Receita líquida	268.479	289.68	292.141	398.721	473.178	78.772	45.091	1.656.069
Custo	(54.074)	(39.390)	(232.271)	(377.012)	(414.206)	(78.772)	(2.164)	(1.197.889)
Resultado bruto	214.405	60.297	59.870	21.709	58.972		42.927	458.180
Despesas/receitas								(263.190)
Resultado antes da tributação								194.990
Provisão p/ IR e contribuição social								(66.977)
Lucro/prejuízo do período								128.013

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

 Receitas de serviços
 63.644
 54.810

 Receita de aluguéis
 5.053
 5.353

 Receita de aluguéis
 68.898
 60.625

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	30/06/2018	30/06/2017
Venda de gás Contratos de construção Outras receitas (a) Total receita bruta	2.180.797 64.198 68.898 2.313.893	1.838.066 78.772 60.625 1.977.463
(-) Deducões da receita bruta	(439.550)	(321.394)
Receita líquida	1.874.343	1.656.069

⁽a) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), onde o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobrás. Ademais, é registrado nesta linha receitas provenientes de partes relacionadas e demais prestações de serviços.

22. Custo

	30/06/2018	30/06/2017
Compra de gás e de serviços	1.281.415	1.070.200
Custo dos contratos de construção	64.198	78.772
Custo de pessoal	11.396	11.797
Custo de amortização do intangível	32.062	37.120
	1.389.071	1.197.889

23. Compromissos e contingências

23.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017, foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em aumentar a quantidade diária contratual. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do trimestre.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos e contingências--Continuação

23.1. Fornecedor de gás--Continuação

Pelo Aditivo nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se comprometeu para o ano de 2017: (i) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); (ii) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 95% da QDC.

Ao final do semestre, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

23.2. Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido). A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Dessa forma, na Terceira Revisão Quinquenal de tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios de Maricá e de Mangaratiba.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos e contingências--Continuação

23.3. Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("AGENERSA"), por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofreram uma redução de 1,99%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA nº 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, a AGENERSA também determinou um fator de retroatividade que foi aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representou uma redução adicional de 3,60%.

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. O processo de revisão tarifária está em andamento conforme cronograma estabelecido pela Agência Reguladora.

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesa de pessoal	52.243	47.102
Servicos profissionais e contratados	54.543	58.578
Amortização do intangível	30.015	19.848
Servicos e outros gastos	18.524	26.131
Serviços de manutenção	19.925	16.751
Utilidades, materiais e serviços	12.665	15.581
Entidade de previdência privada Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.051 5.380	4.413 5.187
i rovisão para creditos de liquidação duvidosa	200.346	193.591

25. Outras despesas, líquidas

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e taxas (a)	6.432	5.456
Ganho/perda na alienação de intangível	52	(550)
Indenização a terceiros	12.376	8.327
Despesa com impostos	274	512
Despesas indedutíveis	785	1.454
Outras receitas operacionais	(1.393)	(827)
Outras despesas operacionais	1.616	1.099
	20.142	15.471

⁽a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

26. Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.227	3.487
Atualizações monetárias e cambiais ativas	952	3.275
Receita de juros e encargos	5.949	5.858
Variações monetárias ativas	1.452	1.426
Outras receitas financeiras	60	62
	9.640	14.108
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(34.122)	(49.750)
IOF	(611)	(1.697)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(4.740)	(3.222)
Fiança bancária	(8.775)	(11.490)
Outras despesas financeiras	(4.281)	(2.077)
·	(52.529)	(68.236)
	(42.889)	(54.128)

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação Trimestre findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

		Em reais
Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional (*) Responsabilidade civil geral (*) Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes (**)	29/10/2017 a 29/10/2018 29/10/2017 a 29/10/2018 29/09/2017 a 29/09/2018	496.350 330.900 94.000

^(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

Jorge Henrique Baeta Diretor Econômico-Financeiro de RI Maria Cecília Fontes Pinheiro Contadora - CRC-70616/O-0 RJ

^(**) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS e GNS.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária ("CPC 21"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2017 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2018 e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediarias em 10 de agosto de 2017, ambos sem modificação.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO - CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, manifestaram-se, por unanimidade, favoravelmente às Informações Trimestrais relativas ao 2º Trimestre de 2018.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de agosto de 2018.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Murici dos Santos

Renato Achutti

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na forma do disposto no inciso VI, §1º, art.25 da Instrução CVM nº480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram, e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia e que o conjunto das informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na forma do disposto no inciso VI, §1º, art.25 da Instrução CVM nº480/09 os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram, e concordam com as opiniões expressas no parecer emitido pelos auditores independentes Ernst & Young — Auditores Independentes, não havendo discordância a respeito das mesmas.